

SEU DINHEIRO

A DIFÍCIL NEGOCIAÇÃO COM OS CREDORES

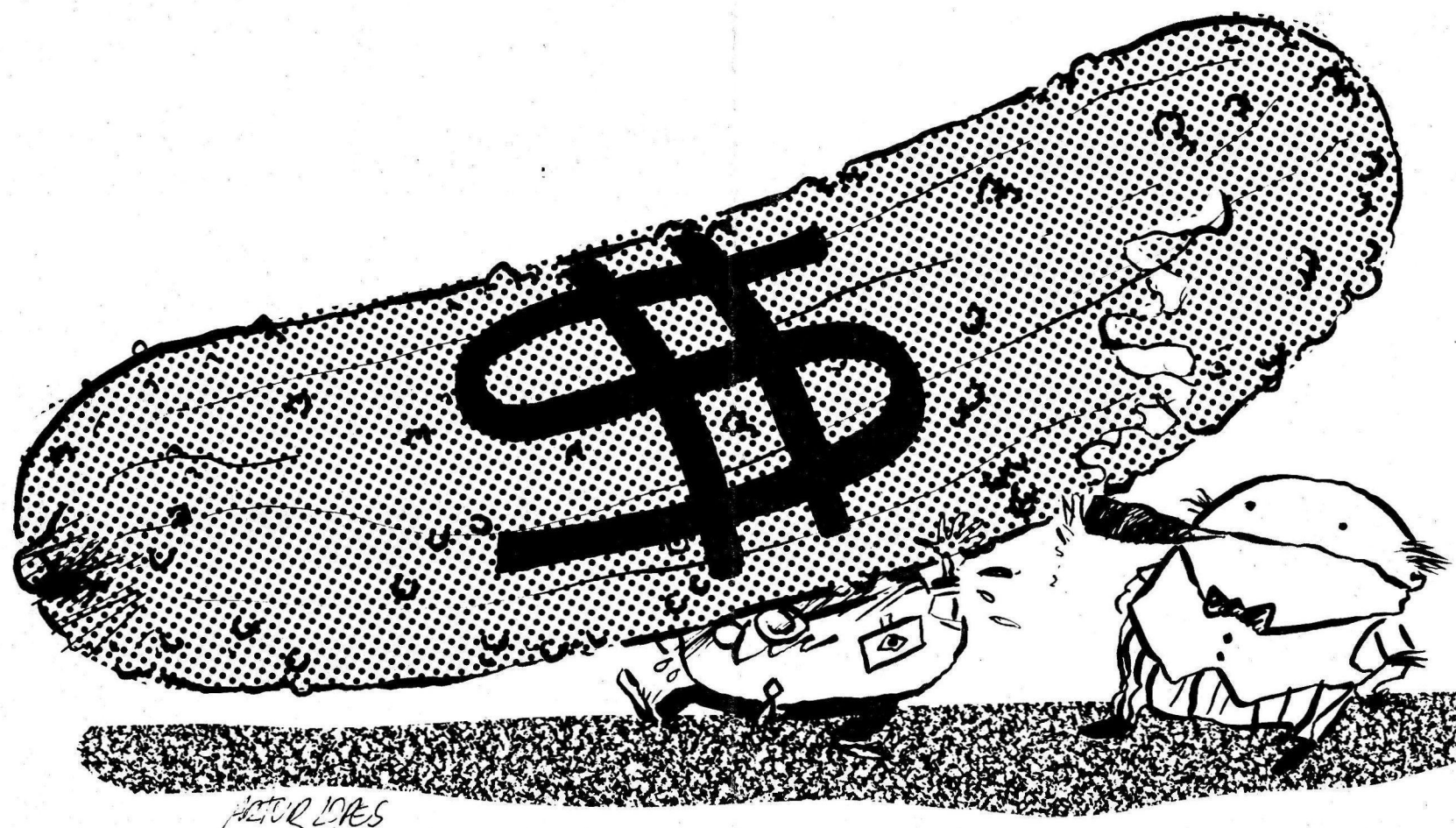
Celso Ming

O governo brasileiro retoma a negociação da dívida externa com os banqueiros privados pressionado em várias frentes:

Alguns bancos, que agora gemem sob complicadas dificuldades financeiras, principalmente nos Estados Unidos onde se atolaram em uma série de negócios duvidosos, querem agora mostrar serviço aos seus acionistas e por isso empenham-se em garantir algum retorno do dinheiro emprestado ao Brasil. Por isso, já vêm suspendendo as linhas de curto e curtíssimo prazo às agências dos bancos brasileiros no Exterior. Informações confiáveis, embora um tanto imprecisas, mostram que, dos 16 bilhões de dólares de crédito interbancário e de financiamento das exportações, sobra hoje alguma coisa entre 5 e 6 bilhões de dólares. E essa é uma das razões pelas quais as exportações brasileiras estão empacadas ou, mais do que isto, tendem agora a reduzir-se, afetando claramente o nível de reservas. Este já foi de 8,6 bilhões de dólares em setembro e hoje já resvalou para os 8 bilhões.

Para impedir a quebra dos bancos brasileiros no Exterior, o Banco Central exigiu a capitalização dessas agências e, mais, transferiu para eles um volume apreciável de dólares das próprias reservas brasileiras. Com isso, é claro, esses recursos deixam de ficar disponíveis e não poderiam ser usados para uma emergência qualquer.

Outra pressão provém do regime de pão e água a que os organismos internacionais de financiamento estão submetendo o Brasil. A falta de normalização das relações com os credores externos está privando o Brasil de recursos que já sobem a 6 ou 7 bilhões de dólares: 2 bilhões, da **tranche** do Fundo Monetário Internacional, caso fosse aprovada a última carta de intenções; cerca de 1,6 bilhão de dólares, do Banco Mundial; e outros bancos



internacionais de fomento e mais 2,8 bilhões de dólares do Fundo Nakasone. Afora isso, fornecedores internacionais de petróleo, máquinas, equipamentos e outras matérias-primas deixaram de financiar importações brasileiras porque não confiam mais em que o País honre seus compromissos. E, obviamente, essas compras têm que ser pagas à vista.

E a terceira fonte de pressões é política. Os banqueiros internacionais acionaram seus **lobbies** e estão forçando as autoridades dos países mais ricos do mundo a fechar o cerco sobre o Brasil. Na sua viagem a Tóquio, o próprio presidente Collor pode sentir mais de perto a cobrança de autoridades dos quatro cantos do mundo. A missão de esclareci-

mento confiada ao presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, às autoridades monetárias dos Estados Unidos e da Europa tem o objetivo de conter, pelo menos em parte, as pressões que vêm vindo deste lado.

Recuo ou revisão?

Apenas para refrescar a memória, a proposta feita aos bancos implicava o não desembolso imediato dos juros atrasados. Estes, simplesmente, seriam empacotados junto com o principal da dívida externa. Esse pacote seria depois trocado por títulos, os tais **zero coupon bond**, de até 45 anos. Os juros desses títulos seriam os de mercado mas eles não venceriam semestralmente, como

acontece agora. Seriam pagos apenas no vencimento do principal. E periodicamente, supostamente de três em três meses, o governo brasileiro avaliaria a capacidade de pagamento da dívida e leiloaria (ou sortearia) os caratinguás disponíveis entre os credores.

Independentemente do cuidado com que se evita a palavra **recuo**, a revisão da exigência inicial de não pagar os juros da dívida externa, nem os vencidos nem os que vierem a vencer, deve ser vista como disposição de evitar o isolamento do Brasil. Mas isso terá seu preço internamente na medida em que a toda a sociedade e, mais especialmente, ao Senado, foi garantido claramente que o País não abriria mão do princípio

do não pagamento dos juros.

Capacidade de pagamento

A outra questão está em saber até que ponto será possível manter sobre a mesa de negociações o critério de capacidade de pagamento da dívida externa, a grande novidade apresentada aos credores. Por capacidade de pagamento deve-se entender a existência de uma condição segundo a qual o governo só pagará a dívida se houver sobra de caixa. E não se trata apenas de sobra em dólares, mas de sobra em cruzeiros mesmo - porque o pagamento da dívida do setor público vai exigir que o Banco Central compre, e pague com cruzeiros, os dólares necessários para isso.

O problema é o de que, embora criativo e tecnicamente defensável, capacidade de pagamento é um conceito que, na prática, - digamos assim - não deixa o credor em situação confortável, porque, em grande parte, trata-se de uma variável que só pode ser controlada pelo devedor: Se um cidadão torra seu salário no primeiro dia do mês, ele fica sem capacidade de pagamento. E, para isso, nem é preciso passar noites e noites na gandaia. O dinheiro pode até ser gasto em algo bem mais nobre, como tratamento de saúde ou investimentos na compra de um computador ou de uma máquina que vai aumentar a produção. E, é claro, a questão está em saber até que ponto o credor irá ter que segurar a barra do seu devedor.

E isso também pode acontecer a um governo: Uma crise do petróleo ou uma despesa nova determinada pelo Congresso podem perfeitamente transformar um superavit fiscal em déficit e, nesse caso, a capacidade de pagamento vai para o espaço.

E tem mais: se o princípio de capacidade de pagamento for aceito, numa renegociação com os banqueiros internacionais, sem critérios rígidos para sua aplicação, nada impediria que fosse transposto para o tratamento da dívida interna - já que o que importa, no caso, são mesmo sobras em cruzeiros. E, aí, mais um elemento crônico de desassossego se juntaria aos que subsistem no nosso combalido mercado financeiro desde o dramático seqüestro dos ativos imposto pelo Plano Collor.

Em todo caso, quaisquer que venham a ser os novos lances desse prolongado processo de renegociação da dívida externa, já está claro que o País (e não apenas o governo) já descartaram as hipóteses mais radicais de tratamento da matéria: o calote puro e simples, a moratória e a pretensão de obter o perdão da dívida.